



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARIA CHRISTINE DOS SANTOS GADELHA
KARLA MÔNICA BARROS DIAS**

**APLICABILIDADE DA AUDITORIA DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA A
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL**

**FORTALEZA
2021**

MARIA CHRISTINE DOS SANTOS GADELHA
KARLA MÔNICA BARROS DIAS

APLICABILIDADE DA AUDITORIA DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA A
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Artigo TCC apresentado ao curso de Bacharel em Contabilidade do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.^a Aline Xavier.

FORTALEZA

2021

MARIA CHRISTINE DOS SANTOS GADELHA
KARLA MÔNICA BARROS DIAS

APLICABILIDADE DA AUDITORIA DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA A
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Artigo TCC apresentado no dia X de X de 2021 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Aline da Rocha Xavier
Orientadora – Centro Universitário Fametro

Prof^a. Dra. Liliana Lacerda
Membro - Centro Universitário Fametro

Prof^o. José Maria Alexandre Silva
Membro - Centro Universitário Fametro

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos proporcionar perseverança, saúde e força para superar as dificuldades ao longo do curso e durante toda a nossa vida. As nossas famílias, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. A nossa orientadora Aline Xavier por aceitar conduzir o nosso trabalho de pesquisa. Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de nossa formação.

“A persistência é o caminho do
êxito.” (Charles Chaplin)

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.

Maria Christine dos Santos Gadelha¹

Karla Mônica Barros Dias²

Aline Xavier³

RESUMO

A presente pesquisa realizada por meio de revisão e dados, análises bibliográficas, tem como objetivo avaliar a base em que a auditoria ambiental, o instrumento de gestão e os seus processos fornecem para as organizações que querem implantar o Sistema de Gestão Ambiental. Para isso realizamos um estudo de caso das empresas Itaú-Unibanco e Coelce, avaliando todos os resultados e de que forma deram início da implantação do SGA, bem como todos os benefícios após o sucesso em todos os procedimentos utilizados. A discussão é baseada nos princípios de auditoria, nas normas ISO e em todos os embasamentos legais para a implantação do SGA.

Palavras-chave: Auditoria. Auditoria Ambiental. Sistema de Gestão Ambiental. Itaú-Unibanco. Coelce.

ABSTRACT

This research, carried out through review and data, bibliographic analysis, aims to evaluate the basis on which the environmental audit, the management tool and its processes provide for organizations that want to implement the Environmental Management System. For this, we carried out a case study of the companies Itaú-Unibanco and Coelce, evaluating all the results and how they started implementing the SGA, as well as all the benefits after success in all the processes used. The discussion is based on auditing principles, ISO standards and all legal bases for implementing the SGA. Key words: Audit. Environmental Audit. Environmental management system. Itaú-Unibanco. Coelce.

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis Centro Universitário Fаметro - UNIFAMETRO.

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis Centro Universitário Fаметro – UNIFAMETRO.

³ Prof^a. Orientadora do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fаметro – UNIFAMETRO.

1 INTRODUÇÃO

Devido as inconformidades relacionadas aos interesses ambientais e econômico-financeiros surgem as explorações ilimitadas dos recursos naturais. As justificativas da preocupação com o meio ambiente vêm desde a compreensão da sociedade sobre os problemas ambientais, incluindo por meio da mídia e no contexto educacional.

Desse modo, compete a gestão ambiental estabelecer e sistematizar atividades que possam diminuir os ataques e impactos sobre o meio ambiente. Este processo se inicia desde a seleção das técnicas até a execução legislação e as atribuições de materiais e recursos.

O crescimento da globalização, torna o mercado mais competitivo, trazendo a necessidade de mais inovação, estratégia e boas referências quanto ao envolvimento das organizações com o meio ambiente. Em vista disso, fazer com que as organizações façam a adesão de novos processos, criem produtos novos sempre avaliados aos impactos ambientais, são alguns processos do Sistema de Gestão Ambiental – SGA.

As instruções para o início da implementação do SGA encontram-se na ISO 14000 (International Organization for Standardization) e nas suas subséries. Se trata de um grupo de guias, relatórios técnicos e padrões que se centralizam em práticas operacionais, produtos, sistema de gestão ambiental e serviços. Compete a destacar que elas fornecem os tipos de ferramentas para que as empresas avaliem os impactos de suas atividades no meio ambiente, e não apresentam metas ambientais. No entanto, vale ressaltar que mesmo com a adesão do SGA, tem-se a necessidade de um acompanhamento deste sistema, através de Auditoria Ambiental, para avaliações dos procedimentos, manutenções e análises, para que se tenha o objetivo de sempre melhorar os processos.

Segundo Donaire (2007), a auditoria ambiental “é uma atividade administrativa que compreende uma sistemática e documentada avaliação de como a organização se encontra em relação à questão ambiental” (p. 123). O autor complementa que a auditoria visa facilitar a atuação e o controle da gestão ambiental da empresa.

Dessa maneira, considerando a importância da auditoria ambiental, chegamos a seguinte questão de pesquisa: Quais contribuições que a auditoria

ambiental pode trazer para as empresas que querem implantar o Sistema de Gestão Ambiental?

Para responder à questão problema da pesquisa, o objetivo geral desse artigo é avaliar a Auditoria Ambiental e os seus processos para a implantação de um Sistema de Gestão.

Para complementar o objetivo geral supracitado, escolhemos como objetivos específicos: Identificar quais os processos utilizados pela auditoria para assegurar que as empresas sigam os parâmetros do SGA; detalhar a estrutura da avaliação da Auditoria Ambiental para adequação de normas, fiscalizações e futuras certificações; demonstrar pontos sobre a interação da Auditoria Ambiental no processo de implantação do SGA.

Justifica-se a presente pesquisa pela relevância da auditoria ambiental na adequação do sistema com as normas e seus demais critérios, com o objetivo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental adequado.

O presente artigo está dividido em cinco seções. A primeira pertence à introdução do trabalho, a segunda relaciona o referencial teórico, que se divide em Auditoria ambiental, Sistema de gestão ambiental, procedimentos de auditorias de gestão ambiental e a influência da auditoria ambiental no processo de implantação do SGA. Na terceira parte tem-se a metodologia, onde são esclarecidos os procedimentos utilizados na pesquisa, a quarta parte fica os resultados e discussões acerca do trabalho e por fim, a conclusão, onde é evidenciado as principais contribuições do estudo.

Na próxima seção, vamos adentrar ao referencial teórico onde vamos avaliar todo o conceito estudado e os assuntos abordados, para assim explicar os objetivos e mostrar resultados sobre o assunto estudado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUDITORIA

A auditoria pode ser compreendida como um processo de apuração sistemática onde são adquiridos e analisados indícios que permita que o auditor se pronuncie em relação as conformidades das situações e que possa comunicar sobre os resultados aos interessados.

“(...) o objetivo principal da auditoria pode ser descrito, em linhas gerais, como o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparadas pela companhia auditada. Em seu exame, o auditor, por um lado, utiliza os critérios e procedimentos que lhe traduzem provas que assegurem a efetividade dos valores apostos nas demonstrações financeiras e, por outro lado, cerca-se dos procedimentos que lhes permitem assegurar a inexistência de valores ou fatos não constantes das demonstrações financeiras que sejam necessários para seu bom entendimento. (Crepaldi, 2012, p.4).”

De acordo com Sá (1998), o termo auditoria tem origem latina *audire*, o ouvinte, aquele que ouve, e foi rotulada pelos ingleses por *auditing*, no sentido de revisão. Attie (1998) corrobora quanto à origem da palavra auditoria (que tem como finalidade examinar, corrigir, ajustar certificar) ser oriunda da cultura inglesa.

A concepção de auditoria vem evoluindo bastante e refletindo todo o desenvolvimento das empresas e nas avaliações. Levando em conta que inicialmente ela se objetivava a descoberta de erros e fraudes, e agora ela está ampliando suas aplicações para outros setores e assumindo trabalhos bem particulares.

O trabalho de auditoria muitas vezes foi percebido como mera avaliação das atividades do departamento de contabilidade de uma organização. Atualmente, o conceito de auditoria deve ser compreendido como um conjunto de ações de assessoria e consultoria. A verificação de procedimentos e a validação dos controles internos utilizados pela organização permitem ao auditor emitir uma opinião de aconselhamento à gestão ou ao staff da organização em estudo, garantindo precisão e segurança na tomada de decisão (Franco e Marra, 2000).

Atualmente a auditoria vem atuando principalmente em papéis estratégicos, cumprindo seus objetivos e sendo transparente em todas as informações adquiridas através das demonstrações financeiras. Ela tem o objetivo de examinar e analisar aplicando todas as informações obtidas sobre as organizações auditadas dentro das regras e normas e vem desempenhando funções de orientação e prevenção.

2.2 AUDITORIA AMBIENTAL

A auditoria ambiental trata-se de um dos principais métodos de gestão para monitorar e controlar processos das condições ambientais. Sendo capaz de identificar problemas e analisar alguma possível melhoria, determinando se os procedimentos estão de acordo com os critérios de auditoria, e por fim conseguindo ter um trabalho objetivo, podendo assim transmitir os resultados destes processos para os interessados.

“um processo sistemático e documentado de verificação, realizado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências de auditorias para determinar se a atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados, ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria, e para comunicar os resultados deste processo ao cliente.” (Definição da norma ISO 14.010).

Percebe-se que a finalidade da auditoria ambiental é aprimorar a gestão das atividades ambientais realizadas pelas organizações, e analisar as conformidades de acordo com o que é exigido pelos órgãos responsáveis pelo meio ambiente. Podendo também ser considerada como uma ferramenta de controle ambiental.

Auditoria ambiental pode ser genericamente definida como o procedimento sistemático através do qual uma organização avalia suas práticas e operações que oferecem riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para averiguar sua adequação a critérios preestabelecidos, usualmente, requisitos legais normas técnicas e/ou políticas, práticas e procedimentos desenvolvidos ou adotados pela própria empresa ou pela indústria a qual pertence. (SALES, 2002, p. 25).

Segundo Donaire (1999), embora grande parte das organizações institucionalize a auditoria ambiental com o propósito principal de atender a exigências legais, essa apresenta outras utilidades que agregam maior valor, não somente para a organização, como para o meio no qual encontra-se inserida. A implementação da auditoria ambiental faz com que a empresa adote uma postura proativa, otimizando a utilização dos recursos naturais, ou seja, consumindo o mínimo de recursos e gerando o menor impacto ambiental possível operando com a mesma eficácia.

Existem algumas definições que podem ser representadas pela auditoria ambiental e seus objetivos. Sendo algumas delas: a) Auditoria de Passivo Ambiental,

utilizada pelas empresas que querem adquirir novos empreendimentos ou desinvestimentos; b) Auditoria de Diagnóstico Ambiental, utilizada para analisar os obstáculos encontrados por uma empresa de forma objetiva, podendo ser utilizada também para implantação do SGA; c) Auditoria de Desempenho Ambiental, tem como objetivo analisar o desempenho das atividades ambientais, para atualizar novas práticas ou prevenções de determinada organização, e tem a função de implantação do SGA; d) Auditoria de Conformidade Legal, utilizada apenas para critérios e requisitos das legislações ambientais existentes, dando auxílio também para as empresas que deram início aos processos de implantação de SGA ou melhorias, e tem pouco conhecimento sobre os critérios ambientais.

2.3 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental trata-se de um sistema institucional produzido por um conjunto de procedimento, estratégias e metodologias para gerir uma organização, com o intuito de atingir um bom controle sobre os impactos ambientais, de forma que venha reduzir esses impactos e aprimorar a relação entre a sociedade e as organizações.

Gestão ambiental inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente pelas suas atividades. (Tinoco e Robles, 2006, p. 1082).

Atualmente as empresas ficam mais exigentes a respeito da preservação ambiental, em vista disso a implantação do SGA feita corretamente, pode auxiliar a melhorar o negócio e dar uma vantagem mais competitiva em relação ao mercado. Além destes benefícios, o SGA também pode auxiliar reduzindo os riscos ambientais, conscientizando clientes e funcionários, reduzindo custos, diminuindo acidentes ecológicos, ajudando a empresa a receber certificação como a ISO 14001, entre outros.

A norma ISO 14001 foi publicada em setembro de 1996, compreendendo especificações normativas acordadas internacionalmente e estabelecendo critérios de gestão ambiental compatíveis com um sistema de gerenciamento voltado à viabilidade da produção ecologicamente correta e à indução de uma cultura

participativa baseada na aprendizagem organizacional, na disseminação de valores ambientais e na sustentabilidade dos recursos naturais. [Maimon,1999; Valle, 1996; D'Avignon, 1996; e Scherer, 1998].

A ISO 14001 é composta por condições para uma implantação de um SGA dentro de uma organização, ajudando a cumprir os regulamentos ambientais. Dessa forma é menos provável que as organizações possam violar os regulamentos e fazem com que elas estejam prontas para qualquer inspeção. Podendo também ajudar para que as empresas possam ganhar certificações, adquirir capital ou até mesmo receber seguros.

A implementação de um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001 por uma empresa pode ser vista como uma inovação, uma vez que é um processo exigente de mudança comportamental e organizacional, cuja introdução envolve vários graus de incertezas. [Abreu, 1995 e Bogo, 1998].

De acordo com ABNT NBR ISO 19011:2012, é sugerido que as competências dos auditores necessitem de uma manutenção, por meio de desenvolvimento profissional e participação nas auditorias. E recomenda que critérios de análise sejam estabelecidos: qualitativo quando para realizar a análise do comportamento pessoal e do desempenho das habilidades; e quantitativo para avaliar as experiências de trabalho e educação, o número de auditorias já realizadas e o tempo de duração dos treinamentos.

Mesmo com o entendimento teórico e com a prática, os auditores internos podem ter suas condutas pessoais avaliadas durante a efetivação da auditoria, e precisam atender a sete princípios: foco; organização; relacionamento interpessoal; capacidade de síntese; ética; comprometimento com o trabalho; flexibilidade.

Com o SGA em andamento dentro das empresas elas passam a ser vistas como empresas “verdes”, entrando assim em novos mercados, dando incentivo sobre o uso racional dos recursos naturais, reduzindo os custos de remediação e podem possuir acesso mais rápido as linhas de crédito.

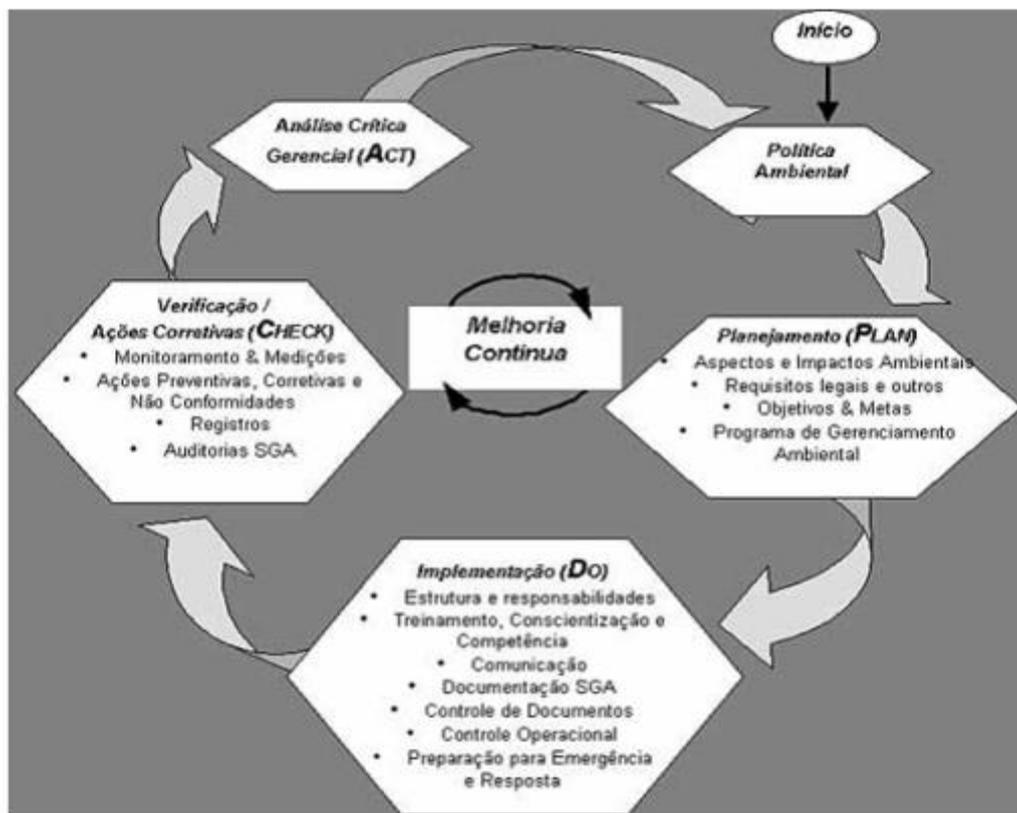
Os compradores estão exigindo, cada vez mais, produtos que sejam produzidos em condições ambientais corretas. A imagem de empresas ambientalmente saudáveis é mais bem aprovada por acionistas, consumidores, fornecedores e autoridades públicas e

privadas, na qual acionistas conscientes da responsabilidade ambiental preferem investir (MAIMON, 1999).

O conjunto de normas NBR ISO 9000 são compostos da seguinte forma: NBR ISO 19011:2012, Diretrizes para auditoria de sistema de gestão; NBR ISO 9000:2005, Sistemas de Gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário; ISO 9004:2010, Gestão para o sucesso sustentado de uma organização – uma abordagem da gestão da qualidade; NBR ISO 9001:2008, Sistemas de Gestão da qualidade – Requisitos. E todas em conjunto tem condições em comum, porém a norma que proporciona diretrizes para auditoria de sistema de gestão dá assistência às organizações que implantam um sistema de gestão e necessitam realizar auditorias.

A figura 1, mostra o processo de implementação do SGA, detalhando ciclo completo e seu aperfeiçoamento constante.

Figura 1: Representação dos requisitos básicos do SGA.



Fonte: adaptada da NBR ISSO 14.001 (ABNT, 1996).

Inicia-se definindo a política ambiental da organização, seguindo por planejamento, implementação, verificação e ação corretiva, concluindo com a

análise crítica gerencial. São vários os requisitos da Norma ISO 14001 para a implantação do SGA, porém evidenciamos a auditoria do SGA, que estão integrando a etapa de verificação e ação corretiva.

2.4 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA DE GESTÃO AMBIENTAL

A ABNT NBR ISO 19011 é responsável por dar orientação para que as organizações possam realizar auditorias para sistema de gestão e determina condições para a avaliação de um auditor e de uma equipe de auditoria, e suas competências.

Na auditoria interna os profissionais precisam compreender os processos que envolvem o entendimento e aplicação de uma auditoria, pois “a confiança no processo de auditoria e a capacidade para atender a seus objetivos dependem da competência dos indivíduos que estão envolvidos no planejamento e na realização das auditorias, incluindo os auditores e os líderes da equipe de auditoria.” (ISO 19011:2012, p.28-29).

De acordo com a NBR ISO 19011 (ABNT, 2002) dispõe os procedimentos de auditoria para as organizações que operam um SGA. Nesse sentido, podemos compreender cinco etapas no processo de auditoria do SGA, sendo elas: início, preparação, execução, relatório e conclusão da auditoria

Segundo Oliveira Filho (2002), após a auditoria ambiental, ocorrem a revisão da minuta do relatório e o desenvolvimento do plano de ação. O plano de ação não pertence ao escopo da auditoria ambiental, mas propicia o seu desenvolvimento por parte dos responsáveis pela administração da unidade auditada. Assim, a relação das não conformidades detectadas podem servir como ponto de partida. O auditado define a prioridade a ser adotada para corrigi-las, levando em conta os recursos envolvidos, o prazo e o responsável pela correção ou acompanhamento.

Para se ter uma confiança sobre os processos de auditoria, ela deve ser efetivada por profissionais capacitados. Vale salientar que a auditoria ambiental tem a particularidade de prevenção e estabelece a melhoria do SGA das empresas.

2.5 INFLUÊNCIA DA AUDITORIA AMBIENTAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SGA

Segundo D'Avignon e La Rovere (2001), as etapas do SGA são abordadas como princípios. Assim, a gestão ambiental fundamenta-se em cinco princípios básicos: 1) conhecer o que deve ser feito; assegurar comprometimento com o SGA e definir a política ambiental; 2) elaborar um plano de ação para atender aos requisitos da política ambiental; 3) assegurar condições para o cumprimento dos objetivos e metas ambientais e implementar as ferramentas de sustentação necessárias; 4) realizar avaliações quali-quantitativas periódicas da conformidade ambiental da empresa; e 5) revisar e aperfeiçoar a política ambiental, os objetivos e metas e as ações implementadas para assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa.

Juntamente ao quarto princípio de implantação do SGA, a auditoria ambiental manifesta-se como uma ferramenta fundamental para dar continuidade aos procedimentos, de forma que possa verificar se o que foi executado está de acordo com as políticas estabelecidas, metas e objetivos da organização.

A auditoria ambiental exerce grande influência na formulação de uma política de minimização dos impactos ambientais causados pelas empresas e, por conseguinte, de diminuição de índices de poluição. Sua execução constitui, assim, um forte critério para as decisões dos investidores concernentes à avaliação do passivo ambiental, auxiliando, também nas projeções de longo prazo (DONAIRE, 2007).

De acordo com Reis e Queiroz (2002), esse procedimento possibilita a realização de revisões periódicas; a avaliação de eventuais ajustes na política, objetivos e metas; a verificação do comprometimento com a gestão ambiental; e a avaliação do desempenho do sistema. Nessa fase, a auditoria ambiental também se apresenta como ferramenta essencial para o efetivo funcionamento dos procedimentos relacionados com o meio ambiente.

Posteriormente a definição do planejamento e da política ambiental, a empresa passa para a próxima fase que é abordar a implantação de condutas corretivas, com a avaliação de processos, sempre atuando como forma preventiva e sempre visando a redução do número de condutas corretivas.

De acordo com Barbieri (2007), as auditorias ambientais buscavam essencialmente garantir a adequação das empresas às leis ambientais de maneira defensiva, ou seja, procuravam identificar problemas relacionados com multas, indenizações e outras penalidades ou restrições. E Kinlaw (1997) afirma que a

auditoria, teve sua evolução voltada para se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento empresarial e a preservação ambiental.

A auditoria deve ser planejada de modo que cada pessoa envolvida no processo, incluindo auditores, administradores e funcionários da organização auditada, compreenda bem suas funções e responsabilidades (Barbieri, 2007).

Segundo Moura (2011), os critérios de auditoria são os procedimentos, práticas e requisitos que são utilizados pela empresa ou auditor como padrões para avaliar as práticas operacionais da empresa auditada, sua documentação e outras atividades previstas na contratação da auditoria.

Com a auditoria ambiental passa a ser possível identificar os pontos “fracos”, aqueles passíveis de falhas frequentes, e os pontos “fortes”, nos quais não se registram problemas na maioria das análises. A aplicação sistemática e periódica deste instrumento de verificação possibilita uma análise estatística das ocorrências de falhas mais frequentes (LA ROVERE, 2001).

Cagnin (2000) define a análise crítica de um sistema de gestão ambiental como fundamental para a garantia de implantação do processo de melhoria contínua. A alta administração deve avaliar, a cada ciclo de planejamento, a adequação das metas e dos objetivos definidos pela política estabelecida.

E a partir dos resultados obtidos pela auditoria ambiental, as organizações devem operar uma análise crítica sobre o funcionamento e as direções tomadas pelo SGA. Podendo assim, discernir se há ainda uma possibilidade de mudança na política ambiental, nos objetivos ou nas metas, regulando tudo para que toda a aplicação do SGA esteja de acordo com a normas e dando o apoio para todas as manutenções do sistema no período de curto ou longo prazo.

3 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Selltitz, Cook e Wrightsman (1987) esse tipo de pesquisa visa conhecer um fenômeno sem modificá-lo, a fim de entender o objeto de interesse em um determinado espaço e tempo. Assim dizendo, tivemos o objetivo de esclarecer e analisar a auditoria ambiental incluída no processo de SGA.

A pesquisa é de natureza qualitativa, que segundo Reneker (1993) a pesquisa qualitativa é indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e

entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa teve sua classificação como sendo descritiva e qualitativa com a finalidade de passar conhecimentos através dos estudos analisados, procurando detalhar para que se obtenha o entendimento correto. E como tivemos como condução a pesquisa bibliográfica, onde foi examinado dados já existentes, por meio de sites, artigos científicos e pesquisas, formando então o referencial do estudo.

No fim dos resultados e discussões citaremos uma breve análise observando as empresas Coelce e Itáu-Unibanco, as quais fizeram a implantação do SIG para se ter uma gestão responsável com todos os processos voltados para programas de sustentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SGA da Coelce promove o controle e o monitoramento das atividades, orientando a execução dos processos operacionais com base nos requisitos exigidos pela certificação ambiental ISO 14001:2004 e demais normas técnicas ambientais em vigor. Para manter a ISO 14001, a companhia precisa atender a vários requisitos, como, por exemplo, o cumprimento de sua política ambiental, a avaliação de emergências, o compromisso com a legislação, o gerenciamento de resíduos e de efluentes líquidos e a qualificação de prestadores de serviços (SILVA; LUCA; CORRÊA; OLIVEIRA, 2009).

O investimento em projetos ambientais somaram em até R\$ 47.4 milhões apenas no ano de 2018, todos ele mantidos e certificados pela ISO 14001, e implantados pelo SGA adquirido pela empresa, abaixo temos a figura 2, onde mostra a evolução em investimentos ambientais:

Figura 2: Investimentos em projetos ambientais.

| Investimentos em projetos ambientais (R\$ mil) | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Ampla | 13.808 | 17.821 | 18.645 |
| Coelce | 17.821 | 21.022 | 27.419 |
| Cien | 539 | 542 | 600 |
| Cachoeira | 829 | 807 | 556 |
| Fortaleza | 343 | 368 | 138 |
| Total | 32.548 | 40.560 | 47.358 |

Fonte: Relatório Anual Coelce (2008).

Segundo a Coelce (2008), os resultados financeiros que obtiveram no ano complementam uma atuação direcionada para ganhos de eficiência e crescimento. Registrando uma geração de caixa recorde, com R\$ 1,9 bilhão, e lucro líquido de R\$ 570,2 milhões, proporcionando retorno ao investimento dos acionistas, conforme a figura 3 mostrada abaixo:

Figura 3: Resultados consolidados.

| Resultados consolidados (R\$ mil) | 2006 | 2007 | 2008 | Var. |
|---|-----------|------------|-----------|--------|
| Receita operacional bruta | 6.261.611 | 7.011.843 | 7.332.052 | 4,6% |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 5.309.754 | 5.360.744 | 5.924.448 | 10,5% |
| Baixa renda | 154.001 | 266.912 | 287.728 | 7,8% |
| Ativo regulatório reposicionamento tarifário | -126.899 | -115.731 | -99.925 | -13,7% |
| Recuperação do ativo regulatório | -118.459 | -77.044 | -73.634 | -4,4% |
| Suprimento de energia elétrica | 687.933 | 1.245.379 | 833.749 | -33,1% |
| Receita de uso da rede elétrica | 264.603 | 197.644 | 201.424 | 1,9% |
| Outras receitas | 90.678 | 133.939 | 258.262 | 92,8% |
| Receita operacional líquida | 4.106.492 | 4.964.390 | 5.071.424 | 2,2% |
| Lucro operacional bruto | 1.687.870 | 1.923.352 | 2.056.286 | 6,9% |
| EBITDA | 1.427.381 | 1.730.1300 | 1.936.072 | 11,9% |
| Lucro antes das participações | 612.256 | 723.314 | 732.865 | 1,3% |
| Participação dos acionistas não controladores | 230.717 | -150.237 | -162.685 | 8,3% |
| Lucro líquido | 376.044 | 573.077 | 570.180 | -0,5% |

Fonte: Relatório Anual Coelce (2008).

De acordo com a empresa Coelce, a inserção da variável ambiental no processo produtivo gera importantes resultados econômicos e estratégicos. A valorização das ações no mercado é um exemplo disso. No atual contexto, as distribuidoras de energia elétrica passam a ter maior preocupação com o fornecimento de informações sociais e ambientais aos stakeholders, porquanto, a cada dia que passa, as bolsas procuram inserir em seu portfólio ações de empresas socialmente responsáveis, como forma de atrair um diferenciado e consciente

segmento de investidores. A Coelce está integrada à carteira da Bovespa que compõe o Índice de Sustentabilidade Empresarial 2008/2009, formada por ações de trinta empresas nacionalmente reconhecidas por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável (SILVA; LUCA; CORRÊA; OLIVEIRA, 2009).

O Itaú Unibanco obtém a certificação da ISO 14001, cujo a norma é desenvolvida para criar um equilíbrio financeiro e redução do impacto ambiental, sendo isso possível pelo SGA que foi implantado no ano de 2012. Segundo ao Itaú Unibanco (2012), os três focos estratégicos que direcionaram a gestão da sustentabilidade foram: educação financeira, riscos e oportunidades socioambientais e diálogo e transparência.

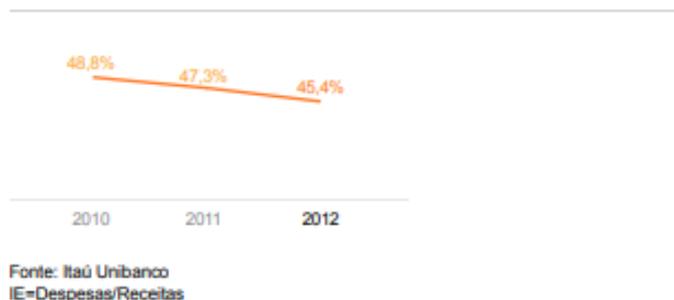
De acordo com a Performance Sustentável, 2012, com medidas simples como essas e, outras mais sofisticadas, como o uso de energia eólica, o Itaú Unibanco baixou sua “conta de luz” em 1%, cortou o gasto de água em 8% e reduziu a quilometragem percorrida de táxi em 54% no último ano. O Comitê de TI Verde coordenou a coleta e o descarte adequados de 7,1 mil toneladas de lixo eletrônico (computadores, impressoras etc.), além das 4.094 reuniões que foram realizadas nas 18 salas de telepresença do banco, evitando deslocamentos de 18,3 milhões de quilômetros e a emissão de 2,5 mil toneladas de CO₂. Só com o corte no gasto de energia, a economia foi de R\$ 1,2 milhão.

Conforme o Itaú Unibanco (2012), a melhoria constante da eficiência das operações é uma estratégia fundamental para atingir a performance sustentável e a satisfação dos clientes que almejam. Na sua visão, ser eficiente significa ter a competência para avaliar as atividades e identificar oportunidades de reduzir custos, gerir os investimentos de forma adequada para ganhar agilidade e enxergar oportunidades de negócio e de processos que possam assegurar a geração maior de receitas.

Em 2012 o Itaú Unibanco fechou com o índice de eficiência de 45,4%, diante dos 47,3% alcançados em 2011, resultado da agenda de eficiência que permeia todas as áreas do banco, como mostra o gráfico 1, em seguida:

Gráfico 1: Evolução do índice de eficiência.

Evolução do Índice de Eficiência

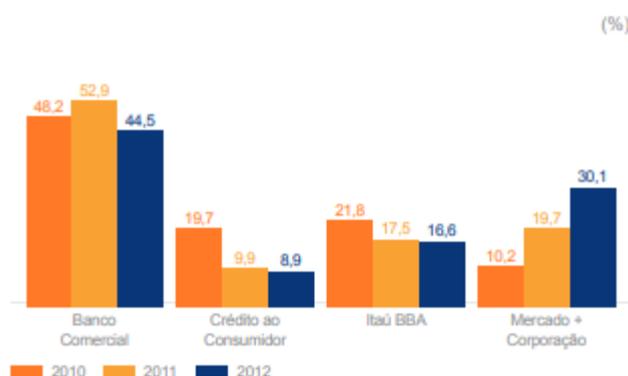


A visão do banco Itaú, é ser o banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes, pois para eles não basta gerar resultado financeiro, eles também querem gerar valor compartilhado. E é dessa maneira que pauta a atuação perante a sociedade.

Queremos ser parceiros no desenvolvimento das pessoas, da sociedade e dos países onde atuamos. Esse é o jeito como queremos fazer negócios, porque só dessa forma nos manteremos na escolha permanente das pessoas, realimentando a espiral de performance sustentável (Itaú Unibanco, 2012).

Segundo Itaú Unibanco (2012), O banco comercial manteve, em 2012, o primeiro lugar entre nossos segmentos, representando 44,5% do lucro líquido de nossos negócios, com decréscimo de 8,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, como podemos observar no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Variações do lucro líquido.



Fonte: Relatório anual Itaú Unibanco (2012).

Com a finalidade de apresentar suas recentes transformações e se colocar cada vez mais na “rota da transparência” o Itaú Unibanco, mas também outras empresas da chamada “elite global” têm demonstrado compromisso crescente com o desafio de tornar as informações sobre os impactos de suas

operações mais favoráveis para todos os públicos como, colaboradores, clientes, acionistas e investidores, fornecedores e sociedade. E nesse caminho o Itaú Unibanco divulga seus resultados segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), pois segundo a revista Performance Sustentável, possui a metodologia mais difundida para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e busca desenvolver um balanço cada vez mais completo, integrando questões econômicas e financeiras (PERFORMANCE SUSTENTÁVEL, 2012).

Foram analisadas, respectivamente mostrado os resultados positivos de duas organizações das quais implantaram o SGA com parceria de auditorias ambientais utilizando como base maior os investimentos em projetos ambientais, onde vimos uma série de benefícios, como eficiência no atendimento a clientes, margens de lucro acima do esperado, certificações, economia com despesas consideradas essenciais, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SGA desenvolve de forma positiva o desempenho ambiental, através das suas medidas de prevenção aos impactos ambientais negativos causados por atividades, produtos e/ou serviços disponibilizados pelas empresas. A implementação do SGA também é ligada a uma estratégia para as organizações que desejam juntar os interesses da natureza ambiental aos econômico-financeiros.

Diante disso, vimos que existe a necessidade de avaliação de todos os processos no decorrer da implantação do Sistema de gestão e de seus controles. Contando com o auxílio da auditoria ambiental, pois ela tem o compromisso com a prevenção de danos causados por atividades empresariais a cerca do meio ambiente, e com ela é possível garantir a qualidade ambiental das organizações que pretendem certificar e sustentar sua posição no mercado que se torna cada dia mais competitivo.

Deste modo, é por meio da verificação dos controles internos que a auditoria presta auxílio a administração das organizações detectando possíveis falhas ou não cumprimento das atividades operacionais, sendo aplicada como forma de assessoria e controle aprimorando as operações avaliadas e assegurando que todos os processos venham a ser seguidos de acordo com as certificações e

planejamentos de cada empresa, sendo responsável por assessorar e informar a administração e desempenhar as responsabilidades de maneira adequada ao Código de Ética.

As contribuições que uma implantação de SGA pode trazer para as organizações que optam por implantar essa modalidade são: Redução de multas e penalidades por poluição; Aumento da participação no mercado devido a inovação dos produtos e menor concorrência; Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição; Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais altos; Economias devido à redução do consumo de água, energia e outros insumos; Economias devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes.

Além dos benefícios estratégicos, como: Melhoria da imagem institucional; Acesso assegurado ao mercado externo; Melhor adequação aos padrões ambientais; Melhoria da criatividade para novos desafios.

É importante ressaltar que, a implementação de um SGA é uma forma voluntário, entretanto, quando a organização afirma esta decisão, a auditoria ambiental passa a ser obrigatória, pois ela constitui um dos requisitos básicos da norma ISO 14.001 para a implantação, certificação e manutenção do SGA.

O estudo nos mostra alguns benefícios e melhorias quanto a implantação do SGA e nos revela que auditoria tem um papel fundamental dentro deste processo, pois ser sua assessoria e suas contribuições as avaliações adequadas não seriam possíveis dentro das organizações. Deixamos em aberto e sugerimos que novas pesquisas acadêmicas tenham objetivos de estudos como este, e que as muitas outras melhorias venham a ser apresentadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001: sistemas de gestão ambiental: especificações e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 19011: Diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BONO, Alessandra. Sustentabilidade organizacional - um conceito macro e sistêmico. Revista Terceiro Setor. v.7, n.1, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Rural: uma abordagem decisória. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

D'AVIGNON, A. Normas ambientais ISO 14000: como podem influenciar sua empresa. 2a ed. Rio de Janeiro: CNI, DAMPI, 1996.

DONAIRE, D. (2007). Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MAIMON, D. ISO 14001: passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

OLIVEIRA FILHO, M. L. de. (2002). A auditoria ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas. Monografia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS, L. F. S. de S. D.; QUEIROZ, S. M. P. de. (2002). Gestão ambiental de pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora.

SILVA, Francisca; LUCA, Márcia; CORRÊA, Denise; OLIVEIRA, Marcelle. A Auditoria Ambiental como Instrumento Gerencial de Apoio à Preservação do Meio Ambiente. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul/dez 2009.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. (2006). A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 40, 1077-1098.

VALLE, C. E. (1995). *Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente*. São Paulo: Pioneira.